

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PROMOÇÃO DO CINQUENTENÁRIO

Comemorando o 50.º aniversário da fundação do Partido Comunista Português, os comunistas terão como preocupação central de toda a sua actividade o fortalecimento das fileiras do Partido recrutando audazmente novos militantes entre os melhores combatentes da classe operária, assalariados rurais, juventude trabalhadora, empregados, estudantes e intelectuais. Tendo justamente em vista esse importante objectivo, na sua resolução de Maio passado, o Comité Central apontava: «As comemorações do 50.º aniversário do PCP devem dar ocasião a que muitos trabalhadores e outros portugueses e portuguesas encontrem finalmente o Partido e se decidam a entrar nele».

UM DISCURSO QUE NÃO CONSEGUE ESCONDER A FALÊNCIA DUMA POLÍTICA

Lento desenvolvimento económico do País e mesmo estagnação de alguns ramos da economia, crise crónica da agricultura, fuga crescente para países estrangeiros dos homens mais válidos, criminosas guerras coloniais alimentadas com dezenas e dezenas de milhões de contos roubados ao nosso povo e ao progresso do País, isolamento internacional de Portugal, penetração crescente do grande capital estrangeiro na economia nacional comprometendo cada vez mais a independência de Portugal — tais são alguns dos frutos amargos gerados pela política antinacional e colonialista dos sucessivos governos da ditadura fascista, frutos que vêm provocando o descontentamento e a revolta crescentes das massas populares.

No discurso de 27 de Setembro aos seus pupilos da «Acção Nacional Popular», M. Caetano não pôde deixar de fazer alusão a estes problemas embora para tirar conclusões diferentes.

Esta situação e as lutas constantes da classe operária e das massas trabalhadoras, da juventude, dos intelectuais progressistas, dos largos sectores da pequena e média burguesia da cidade e do campo — dos democratas — por objectivos concretos imediatos — pela Liberdade e a Democracia — por um lado, e a crescente resistência armada dos povos de Angola, Guiné e Moçambique pela sua libertação do jugo colonial, por outro lado, debilitam as posições do fascismo em várias frentes, provocam choques cada vez maiores entre os vários grupos fascistas sobre as orientações a seguir e os métodos de actuação a empregar e, conseqüentemente, agudizam a crise do regime.

A intensificação da repressão política e o recurso a todas as tramas, arbitrariedades e ilegalidades contra os democratas e as massas populares que aspiram e lutam por uma mudança da situação num sentido democrático são um sintoma claro das dificuldades e fraqueza que o regime e o governo atravessam, não obstante os esforços de Caetano para demonstrar o contrário.

No próprio seio da Igreja operam-se modificações desfavoráveis ao regime. São cada vez mais numerosas as vozes que se pronunciam contra a política da camarilha fascista, contra a guerra colonial, pela liberdade e a justiça social. Muitos sacerdotes e religiosos passaram mesmo à luta activa contra a ditadura, ombro com ombro com outros antifascistas, doutras correntes e credos religiosos.

«Determinados sectores da Igreja católica (disse M. Caetano) manifestam tendências que

não podem deixar de inquietar o poder civil». Daí a repressão directa, a intimidação e a ameaça contra certos círculos religiosos que, no dizer de Caetano, «inquinam o espírito dos fiéis habituados a seguir confiadamente os seus pastores», e contra certos sacerdotes que se empenham «numa acção política anti-social e anti-patriótica».

«Patriotas» e sacerdotes que se mantêm nos marcos das práticas religiosas são, para M. Caetano, naturalmente, o alto clero e aqueles muitos padres que participam diariamente em manifestações políticas de apoio ao regime e ao governo, que pregam a guerra colonial e a defesa da sacrossanta propriedade privada e dos grandes capitalistas, que, do púlpito, na imprensa, na rádio e televisão procuram adormecer a consciência de classe das massas trabalhadoras aconselhando-as à obediência e ao servilismo para com os governantes e o patronato explorador, com a promessa duma utopia para o paraíso após a morte.

Persistindo nesta linha de orientação, esta gente liga irremediavelmente o seu destino ao destino do regime.

O convite à colaboração no partido único «Acção Nacional Popular» indo até «se quisessem» à formação de «centros e agremiações próprias (...) de preferência à dispersão de esforços e à pulverização de grupos» é sem dúvida uma resposta pública ao grupo de interesses representado no governo pelos «liberalizantes» drs. Xavier Pintado, João Salgueiro, Vaz Pinto e engenheiro Rogério Martins, que há tempos requereram autorização para formarem uma associação cívica a designar por «Associação para o desenvolvimento». Então M. Caetano rejeitou, convidando-os a entrar para a sua novinha «A.N.P.», o que os requerentes recusaram.

A actual oferta de poderem formar dentro do colete de forças da «ANP» «centros e agremiações próprias» tem que ser encarada como uma resultante dos choques de interesses entre os vários grupos do regime e das dificuldades que este atravessa (continua na 2.ª pág.)

A audácia no recrutamento de novos membros pressupõe naturalmente um elevado espírito de responsabilidade. A vigilância revolucionária não pode nem deve abrandar, antes deve ser avivada em todo o Partido e em cada um dos militantes separadamente.

Recrutar os melhores implica, por isso mesmo, ter-se um conhecimento perfeito de quem se propõe para ostentar o honroso título de membro do Partido Comunista Português.

A vigilância revolucionária deve ser compreendida entretanto no seu justo sentido e nunca ser confundida com a desconfiança sistemática. Esta é um galracho que deve ser arrancado até à última raiz. A necessidade da prática da vigilância revolucionária e da defesa do Partido não pode, pois, servir de pretexto para manter fechadas as portas do Partido a muitos dos melhores combatentes da classe operária — a homens, mulheres e jovens ligados às massas. Com todos os seus militantes estreitamente ligados às massas, até certo ponto fundidos com elas, o Partido terá assegurada a sua melhor defesa contra a polícia e a provocação.

A Promoção do Cinquentenário (continua na 6.ª pág.)

M. Caetano promete mais miséria e privações AO ATAQUE, TRABALHADORES!

Como fiel porta-voz e serventuário dos capitalistas e do grande patronato, M. Caetano arvorou a bandeira da «produtividade». Os interesses vitais dos trabalhadores continuaram a ser desprezados. Em vez de salários mais elevados, «prémios», horas extraordinárias obrigatórias e outras desenfreadas formas de exploração, enquanto o custo de vida prosseguiu a sua subida ver-

giginosa. Desmentindo toda a demagogia «liberalizante» de M. Caetano, a liberdade sindical e o direito à greve continuaram a ser ferozmente negados aos trabalhadores.

Só a acção firme e tenaz dos trabalhadores, e da classe operária em particular, tem conseguido opôr uma barreira aos apetites vorazes dos capitalistas. Vencendo as monobras de divisão e intimidação do patronato, desenvolvendo um amplo movimento sindical, e enfrentando as forças policiais, os trabalhadores têm travado grandes batalhas contra a exploração e arrancado importantes conquistas na luta por aumento de salários, o 7.º dia, o 15.º mês, férias: a semana de 44 horas, contra as horas extraordinárias e outras reivindicações fundamentais.

Sob a pressão desta luta e recendo novas explosões de descontentamento dos trabalhadores, o governo caetanista viu-se forçado a fazer pequenas concessões, como o aumento do funcionalismo e outros pequenos benefícios no domínio da Previdência. Porém, ao contrário do que se esforça por fazer crer, tais concessões, ainda que insuficientes, são fruto da luta e não da vontade do apregoador «Estado Social» de M. Caetano.

Na passagem do 2.º aniversário da sua chegada ao poder, M. Caetano condenou mais uma vez a acção dos trabalhadores classificando de «excessivas» as suas justas reivindicações. A ameaça de maiores privações e miséria para as massas trabalhadoras ficou no ar. A resposta dos trabalhadores não pode ser outra: prosseguir e intensificar a sua acção.

Tal como salientou o C.C. do Partido Comunista Português na sua última reunião, «a frente de luta reivindicativa continua a ser uma das frentes de luta principais contra a ditadura fascista». Para permanecer na vanguarda desta frente de combate, a classe operária deverá desenvolver novas e cada vez mais vigorosas investidas contra a exploração capitalista e pela liberdade sindical. Seguindo o seu exemplo combativo, as massas trabalhadoras intensificarão a luta pela satisfação das suas reivindicações imediatas. Engrossando o caudal reivindicativo, estas acções serão importantes passos na luta do povo português para a conquista das liberdades democráticas, para o derrubamento do fascismo.

Sem perda dum momento, ao ataque, trabalhadores!



«Desde a formação do meu governo, verifica-se um nítido desenvolvimento económico, como este gráfico mostra»

A. S. P. (palavras e actos)

Temos presente o n.º de Julho de «Portugal Socialista», órgão da Comissão Executiva da Acção Socialista Portuguesa (ASP), cuja sede e impressão são em Roma.

Este número tem particular interesse sob vários aspectos.

O primeiro são afirmações de carácter político que acusam uma positiva mudança das posições públicas da ASP. Caracteriza M. Caetano como o «lívido sucessor de Salazar, empenhado numa operação publicitária de consolidação do fascismo português». Afirma que a ASP «não alimenta quaisquer ilusões legalistas» e que a «linha de actividade legal só tem sentido e interesse na justa medida em que as forças antifascistas não descurarem a preparação de uma acção revolucionária, capaz de destruir pela força a «ordem fascista» imposta ao País pela violência institucionalizada». Afirma que «a ASP nunca aceitará uma legalidade preferencial». Afirma que a questão colonial «tem de ser resolvida por meio de negociações directas com os movimentos nacionalistas das colónias africanas, encontrando um meio de pôr termo imediato às guerras, por virtude da aplicação do princípio da autodeterminação».

São afirmações positivas que devemos registar.

O segundo aspecto de interesse é o facto de tais afirmações serem feitas como se a posição da ASP sempre tivesse sido essa. O «Portugal Socialista» vai ao ponto de afirmar que «em relação ao governo Marcelo Caetano nunca alimentou quaisquer ilusões... Esta pretensão diminui naturalmente o significado positivo das opiniões acima transcritas.

Ainda estão frescas na memória do momento antifascista as concepções e a actividade da ASP antes e depois da formação do governo de M. Caetano: as ilusões que manifestou acerca do marxismo; a sua fé na «liberalização»; a busca de uma legalidade preferencial e da hegemonia do momento democrático; a sua febril actividade e as suas intrigas para isolar o Partido Comunista e levar os outros sectores a recusarem a unidade com os comunistas; a sua sistemática oposição à organização da base do movimento; a sua hostilidade às acções de massas; as suas pretensões de superioridade e divisionismo em relação aos trabalhadores e a juventude. Em resumo: o seu oportunismo tão evidente, tão grosseiro, tão inábil, que conduziu a ASP ao descrédito geral nas massas populares e a um quase total isolamento no movimento democrático.

Se se trata de uma modificação real de conceitos, posições e métodos, é de saudá-la. Se se trata de tentar lançar poeira nos olhos, então há que reduzir tais afirmações ao que são: demagogia. Só uma autocrítica sincera ao que foram e ao que têm sido as concepções e a actuação da ASP poderia levar a acreditar em que o que agora dizem será uma linha real de actuação.

O terceiro aspecto que merece referência é a POSIÇÃO «ANTI-CAPITALISTA» e «PELO SOCIALISMO» EM TERMOS MAIS DO QUE EQUIVOCOS. Numa página diz-se que «a necessidade de combate pelo socialismo não se compraz com a orientação oportunista da ala «social-democrata». Mas outras confirmam bem a ideologia «social-democrata» e oportunista da ASP, tan-

tas vezes aliás evidenciada nos cordões umbilicais que a ligam aos trabalhistas ingleses, social-democratas alemães e socialistas italianos, que (todos eles) têm constituído ou participado em governos que servem os monopólios e que de socialismo não têm nem o cheiro.

O anticomunismo e o anti-sovietismo nunca foram bom atestado da adesão aos interesses dos trabalhadores e ao ideal dumha sociedade socialista.

«Portugal Socialista» publica a intervenção que Tito Morais, em nome da ASP, fez numa Comissão na Conferência de Roma, (como se sabe, a ASP recusou subscrever qualquer declaração em que se manifestasse o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à completa e imediata independência e a intervenção na sessão plenária foi feita em nome do PCP, da FPLN e do Movimento da Paz, cujos delegados intervieram também nas Comissões). É positivo que a ASP tenha querido manifestar a sua solidariedade aos povos das colónias portuguesas. Alguns membros da ASP são, segundo cremos, anticolonialistas sinceros. É porém sabido que, em Portugal, o Dr. Mário Soares se pronunciou «contra o abandono», que a CEUD, pela boca do Dr. Sousa Tavares, fez a crítica à política do governo dum ponto de vista neo-colonialista e defendeu a «autonomia progressiva» («Vida Mundial» 5-10-1969) e que, no movimento democrático, a ASP fez todos os possíveis para que se não avançassem consignas anticolonialistas. Por isso, quando, na Conferência de Roma, Tito de Morais entendeu por bem fazer em nome da ASP a crítica às debilidades do movimento anticolonialista em Portugal (minimizando a luta dos anticolonialistas portugueses, as deserções, as posições políticas claras que nunca a ASP teve a coragem de tomar em Portugal) o menos que se pode dizer é que a voz da ASP era a menos qualificada para fazê-lo.

O PCP sempre declarou e continua a declarar a necessidade da unidade de todos os democratas portugueses para derrubar a ditadura fascista. Defende a unidade sem discriminações (incluindo portanto os antifascistas da ASP) em acções concretas com objectivos concretos, como o Comité Central do PCP sublinhou em Maio. Está pronto a considerar com todos os sectores políticos antifascistas que o desejem todos os problemas da luta antifascista e as possíveis formas de cooperar na luta contra o fascismo.

Não fará porém, como nunca fez, cedências em questões de princípio e continuará a lutar firmemente contra o oportunismo de direita e de esquerda, que se mascaram um e outro de «socialistas», mas que constituem de facto travões ao reforço da unidade antifascista e ao desenvolvimento da luta popular que, só ela, conduzirá ao derrubamento da ditadura fascista, à revolução democrática e nacional, à edificação ulterior dumha sociedade socialista em Portugal.

A FALÊNCIA DUMA POLÍTICA

(continuação da 1.ª pág.)

tanto no plano nacional como internacional. O mais natural, porém, é que os fascistas ditos liberalizantes acima referidos e o grupo de interesses que representam se venham a submeter inteiramente à orientação e vontade de Caetano. Os lobos não se comem uns aos outros, apenas se mordem mutuamente cada um procurando à força de dentadas e de manhas apoderar-se do melhor bocado para si.

Mas o convite de M. Caetano não visa apenas os «liberalizantes» da sua equipa, visa também chamar à colaboração os sectores mais hesitantes da Oposição. Ao lançá-lo pretende iludir clinicamente a reivindicação de intervenção da grande massa dos portugueses na vida política nacional

A chamada industrialização e desenvolvimento económico do País e arranjos internacionais de carácter económico, também se agudizam os choques e divergências entre os vários grupos fascistas.

Franco Nogueira contrariou em plena «Assembleia Nacional» a orientação exposta por Rogério Martins. Logo a seguir, o ministro da Economia e Finanças, Dias Rosas, procurou deitar água na ferverura. Um pouco mais tarde, o presidente da Corporação da Indústria, Sá Viana Rebelo veio de novo contrariar a orientação de Rogério Martins declarando que «talvez não houvesse necessidade de pensar em sistemas novos de orientação e solução industrial» (Imprensa diária de 28-8-70).

Uma política de compromisso entre os vários grupos do regime obriga naturalmente a ter-se em conta e a respeitarem-se os respectivos interesses, mas não conduz certamente à solução positiva de qualquer dos grandes problemas nacionais nem ao desenvolvimento económico de que o País e o povo necessitam.

O quadro que M. Caetano apresentou da situação económica portuguesa e das perspectivas do seu desenvolvimento põe a nu, por si só, a incapacidade do regime e do governo para darem solução aos problemas nacionais. Servidores fiéis dos monopólios sem pátria, os governantes fas-

cistas actuam contra os interesses do povo português e de Portugal.

Em vez de apontar soluções para tão graves problemas, M. Caetano limitou-se a constatar mais uma vez que temos uma indústria carecida de dimensão e ousadia, um comércio que não lança mercados, uma agricultura constantemente em crise, a falta de aptidão das nossas terras e das condições climáticas para as culturas praticadas, etc.

É de novo o estribilho da pobreza do País a encobrir a falência completa dumha política que já leva 44 anos de existência.

A única perspectiva real que M. Caetano ofereceu ao povo português foi a continuação das criminosas guerras coloniais, com todas as suas consequências dolorosas para as massas laboriosas e a juventude — perda de mais vidas, aumento dos impostos, subida do custo de vida, baixos salários — a repressão e a violência contra os opositores do regime, os trabalhadores e a juventude que lutam pela defesa dos seus interesses e do País — pela Liberdade e a Democracia.

A agudização das contradições internas do regime, a falência da política económica do governo, o isolamento internacional da camarilha fascista dificultam o prosseguimento da sua política antinacional e favorecem o desenvolvimento da luta do povo português contra a ditadura, pela Liberdade e a Democracia.

A classe operária, as massas trabalhadoras, a juventude — os democratas — não podem, porém, cruzar os braços à espera que a ditadura caia de podre. Para derrubá-la é necessário travar ainda duras batalhas.

Organizar melhor as lutas de massas por objectivos concretos imediatos nas frentes económica, política e social e elevá-las a nível superior, forjar na acção a unidade da classe operária e das forças democráticas indispensável para conduzir as massas populares ao assalto da fortaleza fascista, eis a tarefa inadiável que se coloca aos militantes antifascistas revolucionários, e, em primeiro lugar, aos militantes comunistas.

FACTOS E COMENTÁRIOS

O Dr. Mário Soares pronunciou-se, em Paris, a favor da oferta de negociações feita pela Zâmbia para resolver a crise de Angola. Preconizou que se «deve aproveitar esta oportunidade para negociar com os movimentos nacionalistas e procurar uma solução pacífica para o conflito, uma solução que respeite o princípio da autodeterminação».

Para dar força às suas declarações afirmou ainda: — «Esta posição é compartilhada por todos os portugueses responsáveis, homens de negócios, intelectuais e estudantes...»

Não, não leu mal leitor. O chefe «socialista» Mário Soares não considera os operários, ou mais genericamente os trabalhadores como «portugueses responsáveis»... Talvez porque a vanguarda proletária no nosso País não se fica pelo vago princípio da autodeterminação, mas defen-

de o direito dos povos das colónias à independência completa e imediata.

* * *

Os «Cadernos Necessários», n.º 5, fizeram a sua auto-crítica. Quanto ao princípio nada a dizer quanto à matéria permitimo-nos apresentar uma entre as múltiplas observações que podem ser feitas.

Consideram os «Cadernos...» «como falha particularmente importante a de não haver ainda ser (sic) abordado o Movimento Operário português» e no propósito confessado de colmatar a brecha abriram neste número 5 uma nova secção «Lutas de classe e sindicalismo». Mas o que inserem nela? Uma dúzia de páginas compactas sobre o movimento operário espanhol. Espanhol, sim! É para mais uma tradução. Ai a ociosidade destes teóricos!

AMNISTIA!

AMNISTIA!

AMNISTIA!

Sobre a situação na JRP (FPLN) na Argélia

A Direcção do Partido Comunista Português fez transmitir pela Rádio Portugal Livre, no dia 11 de Setembro, a seguinte nota, já distribuída em todo o país:

1. Em princípios de Setembro, dois membros da Junta da FPLN, com sede em Argel (Fernando Pereira Santos e Manuel Alegre), aproveitando a ausência dos dois outros membros da Junta (Manuel Serôdio e Pedro Soares) e o condicionalismo político local, fizeram uma reunião e declararam tomar conta dos meios materiais de propaganda e dos recursos financeiros da FPLN. Trata-se de um golpe de aventureiros, de uma tentativa de apropriação indevida da sigla FPLN e de meios de trabalho que foram obtidos apenas porque a JRP (FPLN) era uma emanção do movimento antifascista e anticolonialista português.

Qualquer que seja o seu resultado imediato no plano local, esta manobra, caracterizada por extrema deslealdade e desonestidade de processos, está, no plano político, condenada ao fracasso.

2. Estes dois indivíduos, procurando legitimar o seu golpe, dizem ter feito «uma consulta aos militantes no interior» (?!), que teriam aprovado a sua iniciativa. Num carta sem assinatura nem data, dirigida à Direcção do Partido Comunista Português, escrevem que estiveram na Argélia enviados do interior representativos do sectores vários — católicos, CDE e militantes comunistas». Estas afirmações constituem uma escroqueria política. No que se refere a comunistas, o Partido Comunista Português desmente categoricamente tais afirmações. Quanto às outras forças e sectores citados não é necessário o desmembrado do PCP. O ataque destrutivo à actividade e à própria existência da CDE tem sido a posição consistente e conhecida destes dois elementos.

Nenhum sector político responsável em Portugal está comprometido nesta manobra de divisão e diversão, objectivamente provocatória.

3. Num documento enviado a várias pessoas, esses dois elementos tornam explícito que pretendem apossar-se de meios de trabalho e de recursos que lhes não pertencem, tendo como objectivo o que chamam «a criação de uma nova aliança revolucionária» e de «uma estratégia revolucionária».

Se aceso (por razões completamente estranhas à opinião e à decisão das forças antifascistas e anticolonialistas em Portugal) elementos irresponsáveis conseguissem apropriar-se dos meios de trabalho e recursos da FPLN, não restem

dúvidas de que os utilizariam contra o movimento antifascista e anticolonialista em Portugal, procurando esconder a sua acção de diversão e divisão, a sua desligação da luta do povo português e a sua incapacidade operativa, por detrás dum exaltado palavreado pseudo-revolucionário.

De momento, tomam como centro da sua manobra ataques ao Partido Comunista Português. A plataforma com que procuram atrair elementos dispersos e desclassificados é o anti-comunismo. Mas eles tomam ao mesmo tempo uma atitude completamente negativa em relação a todas as forças e sectores antifascistas e anticolonialistas que representem alguma coisa de sério em Portugal.

No plano internacional, em vez da popularização da luta do nosso povo e do esforço para desenvolver a solidariedade a essa luta, não fariam (como já hoje fazem) senão denegrir aqueles que lutam em Portugal nas condições da repressão fascista, insistindo em apresentar-se eles, na emigração, como os únicos verdadeiros «revolucionários».

É por demais evidente que, divorciados das forças democráticas portuguesas e não representando qualquer organização desde o seu golpe, eles pretendem, não servir a luta do nosso povo, mas servir-se desta para as suas ambições pessoais.

As suas actividades receberão o merecido repúdio das forças antifascistas e anticolonialistas portuguesas.

4. O Partido Comunista Português informa que desde o dia 5 de Setembro tudo quanto tem sido e venha a ser feito a partir de Argel, em nome da FPLN, não tem a aprovação nem a participação do Partido Comunista Português e representa um uso abusivo da sigla FPLN.

5. O Partido Comunista Português manterá as forças antifascistas e o povo de Portugal informados da evolução da situação da JRP (FPLN) em Argel.

PROFESSORES DA RREVOLUÇÃO

A radicalização política da pequena burguesia por um lado e as vacilações e desorientação por outro, estão criando um tipo curioso de «políticos»: os professores da Rrevolução. «Rrevolução» com dois RR pois com um só R, para eles, não é suficientemente Rrevolucionário.

Não procurem essa gente nas oficinas, nem nos campos, nem nas batalhas de classe, nem nas lutas diárias contra o fascismo, nem nas organizações clandestinas. Não, não é aí o seu lugar. Eles não querem confundir-se com os militantes e as massas em luta. Eles são a «elite» revolucionária, os grandes teóricos que dispensam a prática, os que gritam para que os outros empunhem as armas, quando a eles próprios lhes falta a coragem de arriscar o pelo.

No seu entender está errado tudo quanto fazem em Portugal as organizações operárias e democráticas. Eles sim, sabem como se deve fazer a Rrevolução. O seu papel histórico é criticar e ensinar. É cómodo e faz vista.

Como revolucionários, têm também as suas «armas de combate». Não os «coktails», pelo menos os infláveis e explosivos. Não a espingarda nem a metralhadora, como se poderia presumir pelas suas incessantes tiradas pseudo-revolucionárias. Não. As suas armas são a tinta e o cuspo.

E contra quem dirigem essas «armas»? Contra o capitalismo? Contra o imperialismo? Contra o colonialismo? Contra o fascismo? Pensar nisso seria ignorar inocentemente a estratégia e a tática revolucionária dos professores da Rrevolução. Eles dizem, é certo, umas graçinhas em tais direcções. Mas as suas «armas» essas voltam-nas bem

aguçadas (aguçadas na incapacidade de compreender e na intenção de deturpar e falsificar) precisamente contra os que em Portugal organizam a luta nas fábricas, nos campos, nos portos, nas escolas, contra os que se batem na clandestinidade e de frente com o terror fascista, particularmente contra os comunistas. Como eles ensinam, para fazer a Rrevolução, a grande e primordial tarefa não é organizar e desenvolver a luta popular como fazem os comunistas; não é criar (no de longe e aos berros mas com trabalho abnegado, como fazem os comunistas) organizações clandestinas; não é combater infatigavelmente o inimigo de classe, como fazem os comunistas; mas combater, criticar, se possível destruir, o Partido da classe operária portuguesa.

Os professores da Rrevolução sabem ainda muito mais do que isso. Sabem não apenas como se deve fazer a Rrevolução em Portugal, mas também como se deve fazer a Rrevolução em todo o mundo. E para fazerem a Rrevolução Mundial, vão de voltar as suas «armas» (tinta e cuspo)... contra a União Soviética, contra os países socialistas, contra o movimento comunista e operário internacional.

O valentismo do verbalismo! É tanta a sua soberbia anticomunista e antisoviética, que um dia destes, se o «marcelismo» (de que tanto apreciam os métodos) faz uma reforma universitária, só por incúria os não considerar para cadeirantes de «Ciências Sociais» nas Universidades portuguesas a fim de ensinar-lhes a irrelevante e irreverente juventude a dirigir a sua vontade combativa contra o Partido Comunista e demais forças antifascistas. E tudo em nome da Rrevolução.

NOS SINDICATOS E NAS EMPRESAS SEMPRE EM ACÇÃO, PARA NOVAS CONQUISTAS!

● 3.000 empregados de seguros de Lisboa, em Assembleia Geral discutem o projecto para o novo C.C.T.. Assembleias simultâneas e massivas com o mesmo fim, têm igualmente lugar no Porto, Évora e Ponta Delgada;

● 2.000 operários têxteis, entre os quais muitas mulheres, em Assembleia no Sindicato de Lanifícios da Covilhã, discutem e aprovam um projecto para o novo C.C.T. onde figuram entre outras as seguintes reivindicações: aumento de salário de 100%, salário igual para trabalho igual, pagamento do 7.º dia e 13.º mês, semana de 44 horas, fim das horas extraordinárias, etc.;

● Mais de 300 viajantes do distrito de Leiria, numa reunião-almoço, elaboram um texto com as suas reivindicações imediatas: ordenado mínimo de 6.000\$ e isenção de imposto de turismo. A exposição recolhe rapidamente cerca de 2.000 assinaturas no centro do País e depois no sul encontra também o melhor acolhimento.

A crescente participação feminina e a coordenação da acção dos trabalhadores do mesmo sector profissional ao nível de várias regiões, dois importantes factores a assinalar ultimamente, estão a dar nova expressão e maiores dimensões ao movimento sindical.

É pois, de lamentar e combater a resistência oposta por alguns associados à intervenção das suas camaradas como aconteceu recentemente na Assembleia dos Têxteis de Lanifícios da Covilhã. A activa participação das mulheres na luta sindical põe a nu as insuportáveis discriminações impostas às frabalhadoras pela exploração capitalista e a firme determinação combativa que as anima a exigir o seu fim. Por isso a sua acção deve ser apoiada e incentivada.

Em vários Sindicatos, os trabalhadores colhem os frutos da sua acção unida, desenvolvida em estreita ligação com direcções honestas e combativas. Os caixeiros de Lisboa ganharam uma primeira batalha na luta pelas 44 horas semanais. No Sindicato do pessoal de escritórios da C.P., 1.200 associados em assembleia geral são informados da decisão da Co-

missão Arbitral quanto ao Contrato Colectivo de Trabalho que a direcção se recusara a assinar nas costas da classe em conflitos com o governo, e a C.P. Desta forma, foram alcançados aumentos médios de 1.000\$00 por empregado, além de outras regalias.

A importância de direcções honestas torna-se cada vez mais evidente aos olhos dos trabalhadores. Preparando a eleição duma direcção da sua confiança, os têxteis de Famalicão formaram uma Comissão proponente composta por 70 operários, entre os quais figuram muitas mulheres. Entre as reivindicações dos têxteis de Famalicão, encontram-se a igualdade de salários para os mulheres e a semana de 40 horas.

No Sindicato dos têxteis do Porto, onde recentemente foi arbitrariamente impugnada a lista da classe em resultado duma súa manobra do patronato e das autoridades corporativas, os componentes da lista A continuam o seu trabalho de tração à classe. Depois de terem recebido 100 votos do patronato para a sua miserável propaganda e de indicarem para presidente o nome dum patrão, dirigiram uma circular aos associados que nada propõe nem defende em relação ao C.C.T. Mais interessados em condenar a «luta de classes», a «desordem» e a «subversão», usam a linguagem do patronato e da policia, desmascarando-se como traidores à classe que dizem representar.

A luta por direcções honestas e por novos C.C.T. deve prosseguir, mas não só nos Sindicatos. Paralelamente, em amplas e vigorosas acções nas empresas, os trabalhadores desmascararão a actividade das direcções lacais, lutarão contra a lentidão das negociações dos C.C.T. e pela imediata satisfação de algumas das suas reivindicações fundamentais.

Por esse motivo, os têxteis do Porto e os trabalhadores dos S.T. C.P. devem insistir na imediata satisfação da sua reivindicação de aumento de salários, sem esperar a assinatura do novo C.C.T. E com mais forte razão, o pessoal da Marinha Mercante cuja falta de mão-de-obra, no seu sector profissional lhes garante grandes possibilidades de sucesso.

Nos S.T.C.P. a luta não parou

O recurso à repressão policial não foi a única tentativa da Administração dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto para travar a corajosa acção dos trabalhadores.

Ao ter conhecimento de que os trabalhadores se dispunham a passar à greve a cobrança dos bilhetes, a Administração convocou imediatamente uma reunião do pessoal. Com o falso argumento de que aquela desconhecida a exposição reivindicativa assinada por cerca de 700 trabalhadores e entregue no Sindicato, um administrador provoca a indignação geral. As centenas de trabajado-

res presentes viram-lhes as costas e saem protestando aos gritos de «aumento!».

Depois das sucessivas concentrações que realizaram, os trabalhadores do S.T.C.P. não abandonaram a luta. Cerca de 50 operários das oficinas reunidos no Sindicato para discutir os seus problemas, concluem com razão que o fortalecimento da unidade é um factor indispensável para o prosseguimento e para o êxito da sua luta.

Adiante, por aumento de salário, cada vez mais firmes e unidos, trabalhadores dos S.T.C.P.!

PORQUE TÊM SUBIDO OS PREÇOS E DIMINUÍDO O RITMO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO?

Em seguimento do artigo «1969 — ANO DE INFLAÇÃO MÁXIMA E DE BAIXO CRESCIMENTO ECONÓMICO», referir-nos-emos neste artigo a algumas das principais causas desta inflação e à incidência que essas causas também têm, no caso concreto da economia portuguesa, no baixo ritmo de crescimento económico.

Vários governantes fascistas têm apresentado as despesas militares, as remessas dos emigrantes e as receitas do turismo como importantes factores do crescimento económico nacional. Segundo eles, estes factores provocam um aumento da procura interna solvente e constituem, portanto, um incentivo ao desenvolvimento da produção para satisfazer tal procura.

Quanto à inflação, têm afirmado que se trata fundamentalmente de uma inflação «importada» isto é, provocada pelo crescente encarecimento dos produtos estrangeiros importados.

A verdade é, porém, outra e muito diferente.

O REVERSO DA MEDALHA

Sem se negar que as remessas dos emigrantes ou as receitas do turismo tenham tido um papel positivo na balança de pagamentos e incrementado, até certo ponto, a procura interna solvente e, daí, a produção, a verdade é que, por outro lado, numa economia como a portuguesa, elas têm sido sobretudo e cada vez mais, tal como as despesas militares, uma fonte de inflação, uma das causas de enormes déficits da balança comercial (o que anula em boa parte o seu efeito positivo na balança de pagamentos) e, ainda, sobretudo no que toca às despesas militares e emigração, um poderoso entrave ao desenvolvimento económico nacional.

Quanto à inflação «importada», sem se negar que os produtos de origem estrangeira também têm subido de preço, a tese do governo é, no essencial, igualmente falsa.

Vimos, no artigo acima citado, publicado no «Avante!» número 420 que a inflação portuguesa desde 1961 se deve a um crescimento muito maior e muito mais rápido da massa monetária do que da produção e se traduz, como sempre se traduz a inflação, por um aumento de preços que atingiu no ano passado o seu

máximo. Mas será que este aumento de preços só se tem verificado nos mercadorias de origem estrangeira? A plethora de meios de pagamento, desde logo excluíra a possibilidade

	DE 1961 a 1968	1969
Produtos da Metrópole	24,6%	6,1%
Produtos fabricados na Metrópole a partir de matérias primas importadas	9,4%	1,6%
Produtos das colónias	4,8%	3,3%
Produtos do Estrangeiro	17,3%	0,0%

Vê-se assim que de 1961 a 1968 os produtos de origem metropolitana aumentaram bem mais do que os produtos de origem estrangeira e que no ano de 1969 (ano de maior inflação) todo o aumento se verificou exclusivamente nos produtos de origem metropolitana ou, pelos menos, fabricados na metrópole. Nos produtos de origem estrangeira não se verificou o mínimo aumento. E nos produtos de origem colonial notou-se até uma baixa de preços que não deve desligar-se do incremento da exploração colonial.

A tese da inflação «importada» é, pois, no essencial, falsa.

GUERRA COLONIAL E DESPESAS MILITARES

As despesas militares, essas sim, têm sido sem dúvida uma das causas principais do surto inflacionista começado em 1961. Basta dizer-se que de 1960 (ano imediatamente anterior ao começo da guerra de Angola) a 1968 as despesas com a defesa militar e segurança passaram de 3.238 mil contos para 11.163 mil contos e que de 1961 a 1968 se gastaram 62.139 mil contos com o mesmo fim, para se compreender quanto estas despesas terão pesado no empolamento da massa monetária.

Mas as despesas militares não foram apenas um poderoso factor de inflação. As guerras coloniais que as determinam têm sido, ao mesmo tempo, o mais poderoso trancão ao desenvolvimento económico. Por um lado, os investimentos produtivos directos que com elas têm sido feitos são insignificantes; por outro lado, têm absorvido enormes quan-

tidades que de outro modo seriam em grande parte investidas. Elas têm sido, por consequência, o maior entrave ao investimento produtivo. Mas não é tudo: as guerras coloniais provocaram a deslocação para as colónias de dezenas de milhares de homens em plena capacidade de trabalho. Na verdade a deslocação de militares para as colónias variou, de 1960 a 1968, de uns escassos milhares para cerca de 150.000 homens (segundo um recente relatório da ONU). Acresce ainda que estas guerras têm provocado a emigração de dezenas de milhares de jovens que faltam nas fábricas e nos campos de Portugal, constituindo assim, também por esse lado, um entrave ao desenvolvimento económico.

EMIGRAÇÃO E REMESSAS DOS EMIGRANTES

As remessas dos emigrantes têm sido, sem dúvida, outra das principais causas (a primeira ou a segunda?) da inflação portuguesa. Sem absolutamente nada acrescentarem ao produto interno, isto é, sem qualquer contra-partida na produção, elas têm empolado enormemente os meios de pagamento. Repare-se que de 1960 a 1968 passaram de 1.860 mil contos para 7.903 mil contos e que, de 1961 a 1968 os emigrantes mandaram para Portugal um total de 30.608 mil contos.

Não basta porém dizer-se que estas receitas não têm qualquer contra-partida directa no aumento do produto interno. Na verdade, o fenómeno que lhes dá origem — a emigração — tem sido e está a ser cada vez mais, um obstáculo directo ao aumento da produção pela rareficação de mão de obra que tem provocado. No último Inquérito de Conjuntura realizado pela Corporação da Indústria diz-se, a propósito da escassez da mão de obra em 1969: «Nas indústrias produtoras de bens de consumo o emprego diminuiu 0,5%»; «nas indústrias produtoras de bens intermédios diminuiu o emprego de 1,4%»; e «as dificuldades de recrutamento de pessoal qualificado e não qualificado, têm aumentado»; referindo-se às indústrias produtoras de bens de investimento, depois de dizer que não aumentaram em 1969 «os efectivos fabris das empresas», o mesmo Inquérito afirma que «as dificuldades de recrutamento de pessoal, sobretudo qualificado, começam a ser assinaladas por um número elevado de estabelecimentos fabris».

	P.C.P.	100\$00
Postais	Lenine	65\$00
Presos políticos	Sofia Ferreira	500\$00
Idem	Idem	500\$00
Idem	Soldado Vermelho	20\$00
Quatro amigos	Solidariedade	80\$00
R. P. Livre 5	« P. Jorge	600\$00
R. Vermelho	Solid. democrática	50\$00
Reforço de iniciativa	« Povo co-	50\$00
Rogério de Carvalho	lonicis	70\$00
Idem	Idem	2.500\$00
Idem	Tarrafal	170\$00
Idem	Uma centri-	170\$00
Idem	buição	300\$00
Idem	Uma família	170\$00
Idem	alentejana	200\$00
Rosas ver-	Um amigo	200\$00
melhas	« e tel	350\$00
Idem	Um demo-	120\$00
St. Maria	crata	260\$00
Sedov	Idem (1)	150\$00
Serra ver-	Idem (2)	150\$00
melha		600\$00
Simpatizante	TOTAL:	79.650\$50

do se a emigração legal para o estrangeiro passou de 33.526 pessoas em 1960 para 80.452 em 1968, tendo atingido 120.239 em 1966? Como poderia ser de outro modo se, de 1961 a 1968 emigraram legalmente para o estrangeiro mais de meio milhão de pessoas (544.479)?

E se tivermos ainda em conta a incalculável emigração clandestina, que se supõe ter atingido em alguns destes anos mais de 45 mil pessoas e a emigração para as colónias, teremos então forçosamente de concluir que esta monstruosa sangria na força de trabalho portuguesa não pode ter deixado de constituir um poderosíssimo trancão ao desenvolvimento da produção portuguesa.

RECEITAS DO TURISMO

As receitas do turismo têm sido, incontestavelmente, outra das principais causas da inflação portuguesa. Efectivamente, sendo um sector quase improdutivo no que respeita à produção material, gera contudo receitas enormes que muito têm contribuído para o desmesurado incremento dos meios de pagamento. Basta dizer-se que estas receitas passaram de 678 mil contos em 1960 para 6.124 mil contos em 1968, tendo atingido mais de 7 milhões e meio de contos em 1967. Estas receitas somaram, de 1961 a 1968, 34.034 mil contos.

Se Portugal fosse um país economicamente desenvolvido e o turismo estivesse nas mãos de portugueses, os seus benefícios poderiam adir para a economia portuguesa de um grande desenvolvimento turístico. Porém, num país subdesenvolvido, dando o turismo apenas lugar a uma pequena fracção da produção material, desviando mão-de-obra e capitais para actividades improdutivas e, sobretudo, estando nas mãos de monopolistas estrangeiros, ele não tem contribuído para o desenvolvimento económico nacional. Muito pelo contrário, tem sido uma poderosa fonte de inflação e de domínio imperialista em Portugal.

Não estudámos aqui todas as causas da inflação portuguesa (além nem sequer nos referimos à tendência para a inflação inerente a todo o capitalismo monopolista) nem da diminuição do crescimento económico em Portugal. Mas do que ficou exposto, podemos concluir que, ao contrário das demagógicas afirmações do governo fascista, a guerra colonial com as conseqüentes despesas militares, as remessas dos emigrantes com a emigração, e as receitas do turismo com a venda do país ao estrangeiro, têm sido as causas principais da inflação portuguesa nos últimos anos e têm actuado no essencial, como um sério entrave ao mais rápido desenvolvimento da economia portuguesa.

De novo em luta nos hospitais

No Hospital de Santa Maria, os médicos ameaçaram recorrer à greve para defenderem uma conquista da greve de Fevereiro: o pagamento das horas extraordinárias decretado em Abril. Cerca de 80 médicos concentraram-se no gabinete do director. Em seguida realizaram uma Assembleia com cerca de 120. A direcção-geral do Hospital cede imediatamente.

Dias depois, concentração geral. Além de mais de 50 médicos, compõem recém criadas, na sua maioria, serventes e electricistas, num total de cerca de 350 pessoas.

Nos Hospitais Cívicos de Lisboa cerca de 200 serventes e criadas, por não receberem horas extraordinárias quando trabalham das 0 às 8 horas, fazem uma reunião e decidem não trabalhar. Nesse mesmo dia, os serventes e criadas do Banco do Hospital de S. José NÃO TRABALHAM.

No Hospital de Santa Maria a PIDE-DGS fez a sua aparição.

Mas a luta continuará. Foi graças à movimentação dos primeiros meses deste ano que os auxiliares e todos os profissionais ligados à saúde vão receber com efeito retroactivo a partir de 1 de Março, mais 50\$00 por cada período de serviço das 0 às 8 horas, assim como 100% sobre as horas extraordinárias na falta de algum colega.

Quantias recebidas dos amigos do Partido

A minha ajuda	600\$00	Campanha do Natal	600\$00	Fotografias de Lenine	20\$00	Manuel Rodrigues da Silva (L)	500\$00
Amigo arre-dores	50\$00	Carrigo	20\$00	França	50\$00	Idem (D)	500\$00
Idem (I)	50\$00	Casas do Partido	30\$00	Francisco Miguel (N)	3.726\$00	Marx	500\$00
Idem (II)	150\$00	Canário ver-melho	15\$00	Galo ver-melho	300\$00	Música revolucionária	1.500\$00
Amilcar Cabral	500\$00	Centenário de Lenine	100\$00	Germano Vidigal	30\$00	Natal I	500\$00
Amigo devotado	50\$00	Idem	620\$00	Idem (A)	56\$00	Idem III	1.120\$00
Idem	100\$00	Idem	2.500\$00	Glória A	40\$00	Niemeyer	40\$00
Abaixo o fascismo	18\$00	Idem	200\$00	Lenine (MS)	370\$00	Idem	80\$00
Idem	18\$00	Cesar	50\$00	Idem	60\$00	No bom caminho	1.000\$00
Idem	23\$00	Com Lenine pela Revoluçào	1.500\$00	Idem	40\$00	Idem	1.000\$00
Amigo fiel	100\$00	Idem	20\$00	Gogol	5\$00	Idem	1.000\$00
Amigo intelectual	200\$00	Chalokov	10\$00	Idem	10\$00	Idem	1.000\$00
Abel Salazar (I)	100\$00	Idem	20\$00	Guernica	145\$00	Octávio Pato	1.500\$00
Idem (II)	500\$00	Contribuição extraordinária	100\$00	Ho Chi Minh	45\$00	Idem	1.100\$00
A memória de F. Vicente	70\$00	Idem (F)	500\$00	Idem	30\$00	Nova luz	100\$00
Idem	50\$00	Com a luta	150\$00	Idem	450\$00	Onda vermelha	80\$00
« de José A. dos Santos	500\$00	Cravos vermelhos	47\$50	Idem	60\$00	Organização desligada	2.090\$00
Admirador de Uianhua	50\$00	Dedos vermelhos	200\$00	Imprensa democrática	50\$00	O sol a nascer	400\$00
Amigos de Rogério de Carvalho	680\$00	Defesa do Partido	1.500\$00	Internacional	85\$00	Os cois so cialistas	200\$00
Idem	400\$00	Dias Lourenço	40\$00	Jorge Araújo	200\$00	Idem	400\$00
Alegria no trabalho	500\$00	Dinis Miranda	120\$00	José Gregório	3.000\$00	Idem	20\$00
Amnistia	3\$00	Idem	150\$00	Jovem socialista	100\$00	Idem	40\$00
Anón « Dias Lourenço	100\$00	Idem	150\$00	Idem	100\$00	Idem	40\$00
Aquilino e Lusitano	200\$00	Disco soviético	100\$00	Laga vermelha	600\$00	Paz, Progr. e Liberdade	600\$00
Augusto Lindolfo	100\$00	Emblemas de Lenine	125\$00	Idem	500\$00	« em Mocambique	1.300\$00
Idem	100\$00	Emblema de Lenine	40\$00	Idem	5\$00	Pela democracia	500\$00
Avante Y	400\$00	Emblemas soviéticos	80\$00	Idem	500\$00	« Reforma Agrária	40\$00
Bento Gonçalves (B)	200\$00	Idem	25\$00	Idem	500\$00	« Unidade	260\$00
Blanqui Tei-xeira (C)	500\$00	Exército revolucionário	1.000\$00	Idem	500\$00	Unidade proletária	500\$00
Canais Rocha III	375\$00	Idem	250\$00	Idem	1.000\$00	Pelo socialismo	400\$00
Idem	200\$00	Idem	250\$00	Idem	120\$00	P. Jorge	3.010\$00
		Idem	500\$00	Idem	100\$00	Idem	4.000\$00
		Idem	600\$00	Idem	100\$00	Idem	50\$00
		Idem	400\$00	Idem	100\$00	Por um Portugal livre	200\$00
		Idem	250\$00	Idem	100\$00	Idem	300\$00
		Idem	250\$00	Idem	190\$00	Idem	1.000\$00

Rectificação: No Avante n.º 419 onde se lê: Ciência Socialista 85\$00, e P. Gomes 527\$50, deve ler-se: Ciência Socialista 850\$00 e Socio P. Gomes 527\$50

A REPRESSÃO NÃO SALVARÁ O REGIME!

Actuando como salteadores oficiais, os agentes da PIDE-DGS assaltam residências, prendem sem mandatos de captura e impõem residência fixa a democratas. Nova vaga de prisões atingiu recentemente dezenas de trabalhadores, estudantes e democratas.

Nos antros da PIDE-DGS, os presos políticos são submetidos a torturas de tipo nazi: brutais espancamentos, queimaduras, tortura do sono, tentativa de assassinato pelo incitamento ao suicídio, etc..

Nas prisões, onde este bando de assassinos impõe a lei, os presos cumprem longas penas, submetidos ao mais desumano tratamento. António Ferreira, recentemente libertado em gravíssimo estado de saúde, foi deixado mais de 4 meses sem qualquer assistência médica. Quando esta começou a ser prestada, foi-lhe imposto o isolamento total durante 12 dias, como «tratamento»!...

O braço criminoso da PIDE-DGS continua a ameaçar vidas preciosas do nosso povo, como Pires Jorge, Blanqui Teixeira, Dias Lourenço, José Magro e tantos outros.

Grupos ultras, orientados e armados pela PIDE-DGS espalham ameaças de terror entre as populações. A PIDE-DGS continua a ser o mais alto poder de Estado fascista e é M. Caetano quem a orienta superiormente.

Um clima de intimidação e repressão em todo o país

As forças policiais ao menor pretexto, ocupam vilas e cidades, patrulham estradas e fazem investigações na via pública, assim aconteceu em Vieira de Leiria, no dia 12 de Julho, para impedir a realização dum encontro de trabalhadores; após a morte de Salazar, na zona de Santarém, Alpiarça e Torres Novas, e constantemente nas zonas industriais mais combativas.

A PIDE-DGS, a PSP e a GNR intervêm sistematicamente e em força nas empresas, procurando castrar as lutas operárias.

Depois da violência policial no Estoril, o governo proibiu o acampamento de convívio entre a juventude em Matosinhos, ordenou o assalto e encerramento da sede da MOJAF, na Senhora da Hora, abrindo assim o caminho para novas investidas policiais contra a juventude; a colectividade de A. dos Loucos foi assaltada pela PIDE-DGS; numa colectividade do Cacém, um provocador a soldo da PIDE interrompe um colóquio provocando a intervenção da GNR e posteriormente, a dissolução da Comissão Cultural e a demissão da direcção; em Lisboa, no Cine-Club Imagem, agentes da PIDE-DGS, PSP e funcionários da Direcção Geral de Espectáculos, todos à uma, proibiram uma série de colóquios sobre a energia nuclear.

A recente nota oficiosa proibindo as comemorações democráticas do 5 de Outubro insere-se neste clima de intimidação e de repressão

Apesar do aumento da repressão a demagogia «liberalizante» não foi abandonada

Caetano e os seus ministros gritam até enrouquecer que estão interessados em «sindicatos activos», que o ano de 1971 será o ano da «Reforma» do ensino, que haverá estradas e caminhos de ferro modernos, etc., e decretam algumas medidas superficiais como o alargamento do abono de família aos rurais, a extensão de alguns benefícios da Previdência a trabalhadores que delas ainda estavam privados, a abolição do imposto do pescado, a abolição da taxa «ad valorem» em Setúbal, etc..

Tinha razão o Comité Central do nosso Partido quando, em Maio passado, afirmava que «seria, porém, um erro concluir da intensificação da repressão que a demagogia «liberalizante» se esgotou ou foi abandonada».

A demagogia e a repressão são duas constantes do governo caetanista, mas nem uma nem outra o poderão salvar.

Contra a repressão! Pela Amnistia!

No Barreiro, no dia 28 de Maio, milhares de pessoas circularam nos passeios em desfile silencioso de protesto contra a repressão, apesar das forças policiais terem ocupado a vila em aparato bélico. Inscrições contra a repressão, algumas de meio metro, foram feitas nas paredes, no Barreiro, Praia da Arrábida, Setúbal, Cabanas e Azelheiro, dizendo: «Liberdade para os presos políticos!», «Liberdade para os presos de 3 de Maio!», «Abaixo Marcelo Caetano!». Estas inscrições também apareceram em 8 carruagens da CP, em Setúbal. Selos colados nas montras do Barreiro continham as palavras: «Liberdade para Matos e Álvaro!» No Porto, largas dezenas de jovens concentraram-se na sede da PIDE-DGS para fazer chegar solidariedade aos democratas presos. Em Coimbra, jovens trabalhadores e estudantes recolheram mais de 1.000 assinaturas para um abaixo-assinado de protesto.

Contra a provocação policial fascista na noite de 9 de Maio, os estudantes de Coimbra fizeram uma greve geral às aulas depois de sucessivas reuniões gerais com centenas de estudantes e de Assembleias Magnas com cerca de 3.500.

Cerca de 200 jovens de Vila Franca fizeram uma manifestação de rua aos gritos de «Liberdade!», «Amnistia!», «Abaixo a guerra

colonial!»

Protestando contra a prisão do padre Mário de Oliveira, de Macieira da Lixa, cerca de 80 pessoas concentraram-se junto do presidente da Câmara e com o mesmo número de assinaturas foi enviado um telegrama a M. Caetano.

São ainda de destacar a angariação de fundos para os presos e as seguintes iniciativas: abaixo-assinados pela libertação de Pires Jorge e João Honrado, respectivamente com cerca de 2.000 e 1.500 assinaturas; abaixo-assinado e carta de protesto contra prisões de democratas circularam em Leiria e Viana do Castelo; pela libertação imediata dos presos da Cova da Piedade, telegramas a M. Caetano e ao ministro do Interior, com mais de 200 assinaturas cada um; abaixo-assinado com centenas de assinaturas contra a prisão do jovem Francisco Pereira, de Vila Franca, etc..

Tais iniciativas são importantes passos na organização da luta do povo português contra a repressão e pela Amnistia. Mas outros motivos nos animam a prosseguir: as recentes libertações de João Honrado e Veiga de Oliveira, valerosos militantes comunistas; a libertação do sargento Manuel Custódio e do marinheiro António Alves da Silva, absolvidos pelo Tribunal de Marinha devido à pressão das massas.

A situação exige que se alargue ainda mais esta frente de luta. Adiante, com acções cada vez mais amplas, contra a repressão, pela Amnistia!

Escândalo!

A questão dos óleos alimentares tem sido falada. Houve invenções nas AN fascista, entrevistas nos jornais, esclarecimentos da Junta. Por detrás das questões de orientação debatidas pressentia-se a existência de negócios sujos, de escandalosas protecções. Mas ninguém se atreveu a dizer que em 8 anos o Governo deu à CUF de mão beijada e sem qualquer encargo, cerca de um milhão de contos.

Nós contamos a história.

A CUF era um dos três únicos produtores de óleo de amendoim. Entre os três tinha a parte de leão, como é sabido. Em contra partida desta concessão a CUF era obrigada a comprar o amendoim na Guiné, mas como este era adquirido a preços superiores aos do mercado internacional e a «pobrezinha» da CUF não queria suportar a diferença, o Governo dava-lhe 1860 de subsídio por cada quilo de amendoim.

Em 1962, o movimento nacional libertador do povo da Guiné passa à fase da acção armada, as plantações tornam-se teatro da luta, a produção de amendoim desaparece. A CUF fica liberta da obrigação de comprar o amendoim na Guiné e vai comprá-lo à Nigéria, a preços inferiores aos do mercado internacional. Mas o Governo continua a dar-lhe o subsídio de 1860 por quilo e o CUF, é claro, recebe-os. Prolonga-se por 8 anos esta trança num negócio que envolve mais de 70 mil toneladas anuais. Agora é só fazer as contas.

A CRESCENTE MILITARIZAÇÃO DO PAÍS CONFIRMA AS DIFICULDADES DOS COLONIALISTAS EM ÁFRICA

O governo e os altos comandos fascistas recorrem a toda a espécie de mentiras procurando encobrir os sérios reveses que estão sofrendo nas guerras coloniais. O desmentido do PAIGC à anedota do «tornado» para explicar a morte de deputados e oficiais fascistas na Guiné, o comunicado da FRELIMO (publicado neste número do «Avante!») acerca do fracasso da ofensiva dos exércitos colonialistas baptizada de operação «nó górdio», são apenas dois exemplos reveladores.

Insistindo na ridícula versão de «grupos terroristas» que em quase 10 anos de guerra nem os exércitos colonialistas nem as acções de polícia conseguiram vergar, M. Caetano mente da forma mais clamorosa procurando minimizar a força dos movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique e a vontade de luta pela autodeterminação e independência que anima os povos coloniais.

Ao decretar a convocação de militares que já cumpriram o serviço militar, que na prática se prolonga para 6 anos e meio, o governo desmente todas as suas fanfarrônicas acerca das vitórias colonialistas. Anunciando tal medida, recorreu a um ardiloso jogo de palavras com vista a enganar a opinião pública nacional e internacional acerca das suas crescentes dificuldades e dos seus objectivos criminosos. Porém os rumores produzidos na imprensa internacional foram tais que o governo viu-se obrigado a publicar um

«esclarecimento» destinado a «algumas agências estrangeiras» mas que foi igualmente esclarecedor para todo o País.

Anunciando dias mais negros para o povo português e para os povos coloniais, M. Caetano, defensor dos gananciosos interesses monopolistas, afirma-se falsamente defensor de «milhões de portugueses, pretos e brancos» e proclama patrioticamente: «O Ultramar tem que ser defendido!»

Manifestando a sua firme oposição a tal política, o povo português, irmão de combate dos povos coloniais na luta contra o inimigo comum, deve reclamar com crescente energia e determinação: «Paz, Pão, Progresso e Cultura em vez de guerra! Abaixo as guerras coloniais!»

Não permitir que o fascismo impeça a discussão do problema colonial é condição essencial para o desenvolvimento e intensificação deste combate. Os recentes decretos de mobilização, os exorbitantes gastos de guerra, as históricas campanhas colonialistas, numa palavra, a militarização da vida nacional em detrimento do desenvolvimento económico e social da nossa Pátria, podem e devem ser discutidos pelo povo português.

Desta forma, poderão ser mais audazes e coordenadas as acções da juventude, dos trabalhadores, das mulheres, de todos os democratas e verdadeiros patriotas pelo regresso dos soldados e conversações com o PAIGC, MPLA e FRELIMO, para pôr fim às guerras coloniais!

Radio
PORTUGAL
Livre

Voz do P. C. P.

Diariamente, das 8 às 8,30 em 19 metros, das 19 às 21 horas em 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.



A situação no Médio Oriente

A Declaração do Comité Central do PCP de Julho de 1967 definiu a posição do PCP sublinhando os seguintes pontos fundamentais: condenação da agressão israelita inspirada e apoiada pelo imperialismo norte-americano; solidariedade activa aos povos árabes; exigência da retirada das forças israelitas dos territórios árabes ocupados como «primeira condição para uma solução conjunta do problema»; reconhecimento do direito à existência do Estado de Israel.

Os recentes acontecimentos no Médio Oriente confirmam a justeza da posição do PCP e assentam numa mudança da situação resultante dos seguintes factos: a) o restabelecimento e consolidação (graças à ajuda maciça da União Soviética) do poder militar dos países árabes, (designadamente do Egipto); seriamente atingido pela agressão israelita; b) a consolidação interna, na República Árabe Unida e na Síria, dos regimes anti-imperialistas que os Estados Unidos e o governo chauvinista de Israel visavam destruir e substituir por governos pro-imperialistas; c) a luta firme e corajosa dos povos árabes contra a ocupação dos territórios árabes pelos agressores israelitas e contra os novos actos agressivos de Israel; d) a ajuda e apoio constante aos povos árabes da URSS e outros países socialistas; e) o grande movimento internacional de solidariedade aos povos árabes que conduziu ao isolamento internacional crescente do governo de Telavive e da política norte-americana.

O «Plano Rogers» representa um sério recuo do imperialismo norte-americano. Ele é uma constatação da mudança de correlação de forças e do fracasso dos imperialistas e do governo chauvinista de Israel na tentativa de alcançarem os seus objectivos. Ele significou a aceitação pelos Estados Unidos (embora contrariada e com reserva mental) de algumas reivindicações imediatas dos povos árabes e dos seus aliados e em primeiro lugar da exigência do abandono pelas tropas israelitas dos territórios ocupados e do não reconhecimento de anexações territoriais. O imperialismo norte-

americano procurará sem dúvida defender o máximo das suas posições e as posições dos seus pupilos e instrumentos israelitas. Mas, na situação concreta existente, a justa posição é forçar o imperialismo a que o recuo político constante no «Plano Rogers» se transforme num recuo de facto, num recuo no terreno, no abandono efectivo dos territórios árabes ocupados, — como condição para uma solução política do problema.

Esse é o significado da aceitação do «Plano Rogers» pelo Egipto e outros países árabes. E essa é também a causa da rejeição inicial, das manobras dilatórias do governo de Israel.

O prosseguimento da política expansionista e anexionista de Israel (com a protecção dos Estados Unidos) é o maior obstáculo à solução do conflito. É igualmente um factor negativo a posição de extremistas árabes que insistem em definir como objectivo da sua luta o aniquilamento pela força e o desaparecimento do Estado de Israel. Os próprios acontecimentos conduzem por um lado à compreensão cada vez mais larga do mundo árabe de que a sua luta e a justa luta pelos direitos nacionais do povo da Palestina não pode pôr como objectivo o aniquilamento do Estado de Israel; e conduzem por outro lado ao alargamento da oposição crescente em Israel à política dos seus governantes reaccionários e chauvinistas enfeudados ao imperialismo norte-americano.

O caminho da solução do problema será ainda largo e difícil, como o demonstram os últimos e trágicos acontecimentos na Jordânia, as provocações e demonstrações de força dos Estados Unidos no Mediterrâneo e a resistência de Israel a conversações. Mas a solução não pode ser encontrada fora daquelas coordenadas fundamentais.

Neste contexto, a morte prematura do presidente Nasser, dada a sua envogadura política e prestígio no mundo árabe, constituiu uma dura perda para este e poderá eventualmente criar novas dificuldades à solução dos graves problemas do Médio Oriente.

«LUNA 16»

A ciência soviética cometeu mais uma proeza sensacional no domínio da exploração interplanetária.

Pela primeira vez uma nave não tripulada conseguiu realizar o objectivo de alunar e regressar à terra dirigida por controlo automático. Pela primeira vez um engenho comandado a partir da terra recolheu amostras do solo lunar.

A «LUNA-16» mostrou que a União Soviética poderia, se quisesse, fazer vôos tripulados à Lua, mas mostrou também que a exploração do espaço interplanetário se pode efectuar sem o risco de vidas humanas.

Saudando este êxito espectacular da ciência soviética, o camarada Álvaro Cunhal enviou um telegrama ao C.C. do P.C.U.S. que a «Pravda» publicou e nós transcrevemos:

«Queridos camaradas,

Os comunistas, os trabalhadores e as forças progressistas de Portugal, unidos por laços de indestrutível amizade ao grande país dos Sovietes, que justamente consideram o principal baluarte de todas as forças revolucionárias, saúdam com alegria cada êxito e cada vitória da União Soviética. Saúdam com alegria cada êxito e cada vitória da União Soviética porque também contribuem para a luta do povo português contra a ditadura fascista, pela autêntica libertação nacional, pelo socialismo.

Por ocasião do notável êxito alcançado com a realização do vôo da estação automática Luna 16, enviamos as nossas calorosas saudações ao Partido Comunista da União Soviética, aos comunistas, técnicos e trabalhadores soviéticos

Comunicado n.º 11 de 1970 DA FRELIMO

No decurso dos últimos meses a partir de Maio, as tropas portuguesas desencadearam uma grande ofensiva contra as zonas libertadas.

Segundo o próprio comunicado do alto comando português, foram utilizados 35.000 homens e 15.000 toneladas de material militar. Além das forças normais, corpos especializados foram chamados, tais como os fuzileiros navais, as forças especiais e os comandos. A força aérea que participou nestas operações teve como missão, em estreita colaboração com as forças terrestres, os bombardeamentos, o lançamento de paraquedistas e a recuperação de presos. Foram utilizados nestas operações aviões de reacção, bombardeiros, aviões de reconhecimento e helicópteros.

Logo desde o início da ofensiva, os comandos portugueses publicaram comunicados quase quotidianos anunciando vitórias espectaculares, nomeadamente a destruição de dúzias de bases da FRELIMO, captura de muitas toneladas de material da FRELIMO, morte de centenas de «terroristas», etc.. Os comandos portugueses anunciaram no seu lado a morte de 214 homens, 61 em Maio, 66 em Junho e 84 em Julho.

É necessário analisar esta ofensiva colocando-a no seu verdadeiro contexto e na sua verdadeira perspectiva e esclarecer porque razão foi ela desencadeada, quais os seus verdadeiros resultados, a sua importância e o seu significado.

A origem desta ofensiva situa-se há alguns meses atrás, quando o governo português, muito preocupado pelas nossas recentes vitórias e pelo crescente isolamento de Portugal na cena internacional, decidiu substituir os chefes militares e políticos em Moçambique, como prelúdio a uma nova acção. Assim, o comando militar foi substituído por um general considerado como sendo um especialista na luta antiguerrilha, o general Kaulza de Arriaga. Este homem, pouco tempo depois da sua nomeação, fez uma viagem aos Estados Unidos onde teve longas

conversações com o general Westmoreland sobre as táticas utilizadas pelos americanos no Vietnam do Sul. Então ele partiu para Moçambique para tentar pôr em prática as táticas adquiridas. No início da ofensiva, Kaulza de Arriaga anunciou que nalgumas semanas as forças da FRELIMO seriam liquidadas. Aproximadamente 3 meses se passaram desde o início da ofensiva e os resultados são os seguintes: as perdas portuguesas foram enormes. O facto do exército colonial ter sido forçado a admitir 211 perdas quando nós sabemos que as suas perdas são sempre minimizadas, pois a nossa experiência diz-nos que eles nunca anunciam mais de 10% das perdas reais podem dar uma ideia do número de mortes. Os nossos combatentes abateram um avião a jacto, 2 helicópteros e 2 aviões de reconhecimento. Sabotámos um comboio e destruímos dezenas de viaturas militares. Quase todas as unidades portuguesas foram repetidas e o nosso controlo nas zonas libertadas mantém-se inalterável. O nosso avanço para novas regiões continua.

Esta ofensiva constitui ainda um teste para nós e mostrou o nível de desenvolvimento da nossa luta, quanto ela é sólida, quanto era elevado o espírito de luta dos nossos combatentes e do nosso povo. O termo enfrentado tal exército mostrou que a nossa luta atingiu um ponto de que não pode voltar atrás, demonstrou que o nosso povo está absolutamente determinado a defender a qualquer preço as conquistas revolucionárias alcançadas e a avançar para novas frentes de combate. Na realidade, todos os sacrifícios impostos pela situação foram aceites por todos com entusiasmo revolucionário.

Quanto a saber porque esta ofensiva foi desencadeada neste momento, podemos dizer que ela foi imposta pela situação interna devido aos nossos sucessos e pela opinião internacional perante Portugal. O apoio internacional à nossa luta continua a aumentar, as nossas vitórias são reconhecidas e os possíveis investidores em Moçambique expressam hesitações ou retiram-se mesmo de projectos importantes. A retirada da Suécia, da Inglaterra e agora da Itália do projecto da baragem de Cahora-Bassa causou grandes preocupações ao governo português. A fim de tornar a dar confiança ao mundo dos negócios, o governo português tentou fazer uma demonstração de força mas substituiu a nossa força e não tomou em consideração a vontade do nosso povo. A derrota que eles sofrem neste momento contribui ainda mais para o maior isolamento do Portugal colonialista. A nossa luta continua.

PROMOÇÃO DO CINQUENTENÁRIO

(continuação da 1.ª pág.)

rio deve orientar-se principalmente para as empresas e centros industriais mais importantes, sem se descurar, naturalmente, outros sectores de concentração de trabalhadores e localidades importantes.

O recrutamento de novos militantes deve estar estreitamente ligado à tarefa de organizar e impulsionar as lutas de massas pelas suas reivindicações imediatas, sempre orientadas para a perspectiva do derrubamento da ditadura fascista.

É necessário, pois, desenvolver um grande esforço de recrutamento com vista a fortalecer em extensão e profundidade as células de empresa existentes, criar outras em todas as empresas mais importantes. Imperioso é também abrir novos caminhos que nos conduzam rapidamente aos cam-

pos com espírito resolutivo com o objectivo de tapar uma lacuna que já dura à demasia tempo, adaptar as organizações existentes às novas situações criadas e a construir outras onde não existam.

A amplitude que a luta vem tomando nas frentes económica, política e social coloca ante os comunistas a urgente tarefa de levar a organização do Partido lá onde pulsa o coração da classe operária e das massas trabalhadoras — de elevar a organização do Partido ao nível da sua influência política entre as massas.

Ao trabalho, camaradas! Para que a Promoção do Cinquentenário resulte num importante reforço das fileiras do Partido traduzido no recrutamento de centenas de novos e audazes combatentes pela Democracia, o Socialismo e o Comunismo.